

HOSPITAL DAS CLINICAS DE GOIÁS

Estudo Técnico Preliminar 330/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 23760.026832/2025-16

2. Descrição da necessidade

A contratação dos serviços continuados de vigilância armada, desarmada e ostensiva é indispensável para este Hospital das Clínicas efetuar a segurança dos bens patrimoniais, de seus servidores no exercício de suas atividades funcionais e de seus pacientes.

Atualmente esses serviços são prestados pela empresa empresa **M5 SEGURANCA LTDA**, através do Contrato nº 018/2021, o qual expira a vigência em 31/03/2026.

Embora sejam essenciais os serviços objeto da contratação visada, o Hospital das Clínicas não dispõe em seu quadro de pessoal de servidores para realizar este tipo de tarefa, visto que os cargos relativos às categorias funcionais correlatas a este tipo de serviço foram extintos no serviço público há vários anos (Lei nº 9.632/1998).

Ademais, os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 2018, constituindo-se em atividades auxiliares, instrumentais ou acessórias à área de competência legal do HC-UFG/EBSERH, conforme preconiza o art. 3º, § 1º, “Os serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios de que tratam os incisos do caput poderão ser executados de forma indireta, vedada a transferência de responsabilidade para a realização de atos administrativos ou a tomada de decisão para o contratado.”

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Unidade de Suporte Operacional	Deverson Dante de França

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum, nos termos do art. 32, inciso IV, da Lei nº 13.303/2016, por possuir padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

Será empregada a modalidade de licitação, na forma de pregão eletrônico, uma vez que se trata de serviços de natureza comum.

A contratação será para o período de 12 (doze) meses e poderá ser prorrogada, limitada a 5 anos, no interesse da Administração devidamente justificado, de acordo com o que prevê a Lei nº 13.303/2016 e o Regulamento de Licitações e Contratos da EBSERH. Justifica-se a opção pela vigência de 12 (doze) meses (prorrogável até 60 meses) em razão da necessidade de avaliar a qualidade dos serviços prestados, bem como a vantagem econômica da prorrogação.

A prestação dos serviços será executada de forma continuada, uma vez que, pela sua essencialidade, visam atender a demanda e necessidade que se impõe e se mantém de forma contínua, permanente, por mais de um exercício financeiro, bem como porque visam assegurar as condições essenciais para o funcionamento e o exercício das atividades finalísticas da CONTRATANTE, de modo que sua interrupção pode trazer dificuldades ou comprometer o cumprimento da missão institucional desta, de forma atinente também ao inciso I, do art. 149, do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh, aprovado em 28/04/2022.

Na contratação é prevista a utilização de dedicação exclusiva de mão de obra para a execução dos serviços. Em face desta previsão será adotada a retenção de crédito em Conta-Depósito Vinculada nos termos do inciso I, art. 18 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017. A medida visa mitigar possíveis riscos advindos de falha ou falta no cumprimento de obrigações trabalhistas por parte da licitante que vier se sagrar vencedora do certame.

Também a opção pela Conta-Depósito Vinculada se amolda aos fluxos correntes das rotinas de fiscalização e gestão contratual adotados no Hospital da Clínica de Goiás, em virtude da adoção de ferramenta própria de apuração e cálculo dos valores a serem retidos na conta que minimiza e reduz o dispêndio com rotinas administrativas.

Os serviços serão executados nas instalações e dependências do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás, filial da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, localizado na Rua 235, nº 285, Quadra 68, Setor Leste Universitário, Goiânia-GO, CEP: 74.605-050 e em sua extensão, localizado na Alameda Cerrado -Village Casa Grande, Goiânia - GO, 74045-155, onde funcionará o serviço de Radioterapia do HC-UFG/Ebserh.

Os postos de serviços não poderão ficar descobertos, e nas hipóteses de faltas dos funcionários, a empresa contratada deverá, no início da jornada do profissional, providenciar a disponibilização de um substituto, cujas qualificações sejam iguais àquelas definidas para o serviço contratado, sob pena de aplicação das penalidades previstas no Contrato.

Para composição da proposta deverão ser observados, no que couberem, entre outros aspectos, todos os custos pertinentes à execução dos serviços, inclusive custos adicionais que repercutam direta ou indiretamente sobre a mão-de-obra utilizada, tais como: equipamentos, materiais, EPIs, uniformes, vale-transporte, auxílio alimentação ou outros benefícios legais concedidos; outros custos decorrentes de desempenho técnico, comercial, operacional; lucro praticado pela licitante; tributos e contribuições incidentes; despesas administrativas e operacionais.

As empresas licitantes poderão realizar vistoria, não obrigatória, nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, mediante prévio agendamento.

A contratada deverá fornecer aos trabalhadores empregados na execução do contrato uniformes condizentes com a atividade a ser desempenhada neste Hospital, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado.

A empresa a ser contratada deverá disponibilizar profissionais que apresentem, no mínimo: escolaridade; ensino médio completo; experiência de, no mínimo, 6 (seis) meses; curso de formação em vigilante, com sua renovação atualizada; conhecimento básico de informática; iniciativa e fluência verbal; facilidade de relacionamento; capacidade de trabalho em equipe; demonstrar aptidão, discrição, destreza e responsabilidade na execução das atividades.

Ressaltamos ainda, que, na sala de monitoramento existem dois painéis do Sistema de Alarme contra Incêndio SIEMENS Cerberus ECO FC18, para os quais, os vigilantes da sala de monitoramento, deverão ter treinamento para compreensão dos avisos emitidos por esses painéis e ciência do protocolo de ação a ser tomada, caso seja necessário.

O grau de eficiência da prestação dos serviços será verificado mediante avaliação, mensal, do gestor/fiscal do contrato.

A contratada deverá fornecer aos trabalhadores empregados na execução do contrato uniformes condizentes com a atividade a ser desempenhada neste Hospital, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes.

Os uniformes deverão conter a logomarca da empresa contratada.

O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário: duas calças; duas camisas de manga curta ou longa com distintivo da empresa; um cinto; sapatos ou coturno, meias; quepe com distintivo da empresa.

Os uniformes deverão ser fornecidos no início da execução do contrato e a substituição ocorrerá a cada 12 (doze) meses, ou ainda, sempre que necessário, dependendo do desgaste prematuro, claramente evidenciado, observando-se o disposto no respectivo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho.

Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

Caso seja necessário efetuar ajustes e consertos dos uniformes no ato da entrega aos colaboradores, eventuais despesas deverão ser arcadas pela CONTRATADA, sendo vedado o repasse dos custos aos profissionais.

A contratada deverá fornecer aos vigilantes revolver calibre 38; cinto com coldre e porta munição; munição calibre 38; cassetete e porta cassetete; apito; lanternas com carregos de pilha ou bateria; livro para registro de ocorrências; capa de chuva; crachá; bastão para controle de horários e rondas; e rádios de comunicação.

A contratada deverá substituir qualquer dos equipamentos listados acima quando ficar evidenciado que o equipamento apresente falhas de operação.

4.1 Critérios e práticas de sustentabilidade

A contratação deverá prever, no que couber, práticas de sustentabilidade nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010.

Em observância à Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19 de janeiro de 2010, faz-se necessário que as empresas contratadas adotem as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

- use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA
- adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;
- observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

- forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel cooperativas dos catadores de para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022;
- respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;
- e preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução;
- CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

Não foram identificados demais critérios ou práticas de sustentabilidade específicos aplicáveis ao objeto.

5. Levantamento de Mercado

Entende-se que a contratação do serviço de vigilância armada e desarmada com disponibilização de mão de obra com dedicação exclusiva se adequa melhor às necessidades da instituição, solução já adotada pelo HC-UFG/Ebserh no contrato vigente, cuja experiência permite aprimorar o desempenho do serviço através da definição dos requisitos da contratação, da dinâmica de execução e por meio da contínua e efetiva gestão e fiscalização contratual. Ademais, não foram identificadas no mercado novas metodologias, tecnologias ou inovações que pudessem substituir o modelo atual. Desta forma, realizar-se-á o dimensionamento de postos necessários a serem alocados nas áreas internas do HC-UFG/Ebserh e dos materiais relacionados aos serviços, a fim de mensurar o custo total da contratação.

Não vislumbra-se outro modelo de contratação tendo em vista que a forma aqui proposta é a mesma preconizada no Caderno de Logística de 2014, que contém o Guia de Orientação sobre os aspectos gerais na contratação de Serviços de Vigilância Patrimonial no âmbito da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional, disponível no sítio: https://www.gov.br/compras/pt-br/agente-publico/cadernos-de-logistica/midia/servicos_vigilancia.pdf

Em termos gerais, as características do objeto especificado podem ser observadas em contratações similares, realizadas por outras entidades da Administração Pública Federal, que foram adotadas como parâmetros.

SEI 23529.000990/2024-16 - HU-UFGD

SEI 23765.018610/2023-18 - HU-UFJF

SEI 23872.003191/2025-64 HU-UNIFAP

A contratação visa atender as necessidades do Hospital das Clínicas da UFG/EBSERH na prestação de serviços de assistência à saúde da população. O mercado possui estabelecimentos que podem atender essa demanda, visto que para a contratação de serviços semelhantes ao objeto do processo, empresas públicas da rede Ebserh e outros entes públicos realizam a contratação de forma similar. O levantamento de mercado foi formulado principalmente por ampla e idônea pesquisa de mercado, além das experiências vivenciadas em processos licitatórios passados.

RELATÓRIO COM INFORMAÇÕES PERTINENTES À PESQUISA

A pesquisa de preços é o procedimento prévio e indispensável para estimativa do custo do objeto para fins de análise quanto à existência de recursos orçamentários suficientes para cobrir despesas decorrentes da contratação e servir de parâmetro objetivo para julgamento das ofertas apresentadas quando da aceitação das propostas. Consoante disposto no Regulamento de Licitações e Contratos da EBSEH – RLCE, o planejamento de cada contratação conterá pesquisa de preços, empreendida pela EPC com a profundidade operacional e metodológica necessária, conforme o caso, para determinar os referenciais de preços para as contratações (art. 29).

Esse procedimento foi fundamentado na Norma Operacional nº 3/2024 que dispõe sobre os procedimentos e critérios para a realização de pesquisa de preços, visando garantir transparência, eficiência e economia nas contratações realizadas pelas Unidades Hospitalares e Administração Central da Ebserh.

A pesquisa de preços deste processo foi realizada pela Equipe de Planejamento da Contratação, que em atendimento ao Art. 12, Seção IV, da Norma Operacional nº 3/2024 apresenta os procedimentos realizados:

I - INDICAÇÃO DOS PARÂMETROS ADOTADOS PARA A PESQUISA DE PREÇOS

As ocorrências na pesquisa e as respectivas justificativas estão indicadas no quadro abaixo:

Quadro 1

Ocorrências na pesquisa		
Inciso	Parâmetro	Sim/Não/Não se aplica
Art. 12, Inc. I	Plataforma Pública de Pesquisa de Preços (P4), disponibilizada no Sistema de Informações Gerenciais (SIG) da Ebserh	NÃO
Art. 12, Inc. II	Plataforma pública de pesquisa de preços disponibilizada pelos Sistemas Oficiais do Governo Federal:	SIM
Art. 12, Inc. III	Contratações similares realizadas pela Administração Pública;	SIM
Art. 12, Inc. IV	Base nacional de notas fiscais eletrônicas disponível no endereço eletrônico https://www.nfe.fazenda.gov.br/	NÃO
Art. 12, Inc. V	Pesquisa de mercado com fornecedores, coletado através de e-mail institucional da Ebserh;	SIM
Art. 12, Inc. VI	Pesquisa publicada em mídia especializada, tabela de referência e sítios eletrônicos..	NÃO
Art. 12 Inc VII	Solução de mercado com fornecimento de ferramenta de pesquisa de preços homologada pela Ebserh	NÃO
Art. 12 § 1º	Foram considerados plataformas públicas de preços as disponibilizadas gratuitamente pela Ebserh e Administração Pública Federal, Estadual, Distrital e Municipal?	SIM
Art. 12 § 2º	Para a realização da pesquisa de preços foram utilizados, preferencialmente, os parâmetros previstos nos incisos I a IV do art. 12 da norma operacional nº 3/2024, dos preços praticados e registrados pela Administração Pública?	SIM

Art, 12 § 3º	Para a realização da pesquisa de preços, utilizando as plataformas públicas, indicadas nos incisos I a IV do art. 12 da norma operacional nº 3/2024, foi utilizada a codificação do catálogo de material e serviços (Catmat /Catser) do Governo Federal?	SIM
Art, 12 § 4º	Os parâmetros previstos no caput o art. 12 da norma operacional nº 3/2024 foram utilizados de forma combinada ou não, devendo ser priorizados os preços públicos registrados e demonstrada no processo administrativo a metodologia utilizada para obtenção do preço de referência	SIM
Art, 12 § 5	A composição do preço de referência identificou a condição mais vantajosa para a aquisição do objeto, com um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros adotados, desconsiderado os preços inexequíveis, inconsistentes ou excessivamente elevados?	SIM
Art, 12 § 6º	Excepcionalmente, não havendo identificação de preços registrados nas plataformas de pesquisa de preços e mediante apresentação de justificativa pela Equipe de Planejamento de Contratação (EPC), será admitido pesquisa com menos de três preços. Foi realizada pesquisa nessa condições?	NÃO SE APLICA

Para a realização da pesquisa de preços a equipe buscou contemplar em sua estrutura o maior número de parâmetros na composição da cesta de preços.

Os documentos comprobatórios da pesquisa foram anexados neste ETP.

A plataforma P4 da rede Ebserh emite 03 relatórios gerenciais: relatório de detalhamento das amostras, relatório resumido com preços de referência e metodologia de cálculo utilizado e relatório completo, demonstrando quais amostras foram utilizadas e os dados para a base de cálculo do preço de referência.

Os dados apresentados na primeira seção do relatório completo informam quais foram os itens que foram calculados (CATMATs e suas respectivas 'descrições' e 'apresentações'), bem como:

- Preço unitário calculado
- Quantidade prevista
- Preço total calculado (por item)
- Preço total calculado da pesquisa de preços.

Os dados apresentados na segunda seção deste relatório discriminam os dados utilizados para os cálculos de cada um dos itens, sendo que:

Caso tenha sido utilizada a média ou a mediana como metodologia de cálculo para determinado item, esta metodologia considerou todo o rol de amostras apresentados, mesmo que algumas amostras se encontrem tachadas.

Caso tenha sido utilizada a média saneada como metodologia de cálculo para determinado item, esta metodologia desconsiderou o rol de amostras que estiveram tachadas, tendo em vista que estas tiveram grande variação dos preços apresentados.

Ao final de cada item é possível verificar qual foi a metodologia de cálculo utilizada para fins desta pesquisa de preços (está grifada em verde claro). Ao lado, é possível verificar, também, os preços obtidos por meio de outras metodologias de cálculo.

II- INDICAÇÃO DA METODOLOGIA APLICADA PARA OBTENÇÃO DO PREÇO DE REFERÊNCIA

A metodologia utilizada e as respectivas justificativas estão indicadas no quadro abaixo:

Quadro 2:

Inciso	Indicação da metodologia aplicada para obtenção do preço de referência	
Art. 17, Inc. I	Média?	SIM
Art. 17, Inc. II	Mediana?	NÃO
Art. 17, Inc. III	Média saneada?	NÃO
Art. 17. Parágrafo único	Foram utilizadas outras metodologias para definição de referência/estimado que esteja devidamente justificada pela autoridade requisitante no processo?	NÃO
Art. 18	A EPC analisou a metodologia que melhor se adequou ao objeto pesquisado, considerando os critérios apresentados na Norma Operacional nº 3/2024/DAI-EBSERH	SIM
Art, 20 e 21	A pesquisa de preços incluiu todos os itens de bens ou serviços listados no Termo de Referência (TR), considerando os registros identificados dentro de um intervalo de 6 (seis) meses a partir da data da pesquisa ou estendido até 12 (doze) meses, a partir da data da pesquisa, caso não foram identificadas amostras suficientes para determinar o preço de referência no primeiro período?	SIM

Artigo 7º do RLCE	Os arquivos com o valor estimado do procedimento licitatório estão sigilosos? (Estimativa do valor da contratação /Comprovantes de preços e tabela)	SIM
Análise interna	Há histórico de cancelamento??	NÃO
	Foi verificado se há ENEs (Especificações de nota de empenho) vigentes?	SIM

A metodologia aplicada observou os conceitos da Norma Operacional- SEI nº 3/2024/DAI-EBSERH::

Desvio padrão: medida que expressa o grau de dispersão de um conjunto de dados. Quanto maior o desvio padrão, maior a dispersão nos dados. O desvio padrão indica o quanto um conjunto de dados é uniforme. Quanto mais próximo de "0" for o desvio padrão, mais homogêneos são os dados;

Média: soma de todos os números dividida pela quantidade de números no conjunto. A média fornece uma representação geral de todo o conjunto de números, de forma igualitária;

Média saneada: técnica estatística utilizada para calcular uma medida de tendência central que minimiza o efeito de valores extremos (outliers) em um conjunto de dados. Em vez de simplesmente calcular a média simples de todos os valores, a média saneada remove (desconsidera) valores extremos, definidos por cálculos previamente definidos, antes de calcular a média;

Mediana: valor que divide o conjunto de dados em duas metades quando os dados estão organizados em ordem crescente ou decrescente. A mediana é uma medida de tendência central robusta, o que significa que ela não é sensível a valores extremos (outliers) nos dados, o que a torna útil em situações em que os dados podem conter valores atípicos.

III- DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO ORÇADO, QUANDO FOR O CASO

Pelo Regulamento de Licitações e Contratos da EBSERH as situações que ensejam a justificativa de preços são a dispensa ou inexigibilidade da licitação.

Não se aplica.

IV- DA MANIFESTAÇÃO QUANTO À ADEQUAÇÃO DO OBJETO PESQUISADO COM AS ESPECIFICAÇÕES PREVISTAS NO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO

A pesquisa de preços foi realizada de forma crítica e os resultados da pesquisa foram comparados ao objeto, também foram analisados outros critérios que podem influenciar no preço.

A Equipe de Planejamento da Contratação manifesta-se pela adequação dos objetos pesquisados e validação das fontes de preços pesquisadas em face das especificações previstas no DFD, bem como pela indicação do respectivo preço de referência do(s) item(ns)

V- MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS

O prazo máximo para a pesquisa de preços foi de 12 meses, conforme o Art. 21 da Norma Operacional - SEI nº 3 /2024 /DAI-EBSERH.

O prazo preferencial para a pesquisa de preços foi de até 6 meses, conforme o Art. 20 da Norma Operacional - SEI nº 3 /2024/DAI-EBSERH. No caso de não ter obtido o mínimo de 3 amostras, a P4 automaticamente retornou os resultados existentes entre o 7º e o 12º mês contados do upload do arquivo.

A pesquisa de preços terá validade de 90 dias a partir da conclusão do relatório de pesquisa pela Equipe de Planejamento da Contratação - EPC, conforme Art. 25 da Norma Operacional - SEI nº 3/2024/DAI-EBSERH.

Foi elaborado o Mapa Comparativo de Preços que consta nos anexos do processo sigiloso XX.

Diante do exposto, respeitado o fluxo de processos de compras deste Hospital das Clínicas, no qual a pesquisa de preços e informações pertinentes integram o ETP, sugere-se a aprovação deste relatório, pela autoridade demandante **considerando o Artigo 9, Seção III, da Norma Operacional - SEI nº 3/2024/DAI-EBSERH**, que dispõe que “A pesquisa de preço será realizada pela Equipe de Planejamento da Contratação – EPC, garantindo-se a participação de representante da área administrativa.

6. Descrição da solução como um todo

Contratação de empresa para prestar serviços contínuos de vigilância armada, desarmada e ostensiva ao Hospital das Clinicas da Universidade Federal de Goiás, turno de 12 (doze) horas x 36 (trinta e seis) horas, de segunda-feira a domingo, inclusive nos dias de feriado.

O modelo de contratação de empresa especializada para fornecimento de vigilância armada, desarmada e ostensiva com utilização de mão de obra dedicada permite a disponibilização de profissionais com perfil e experiência compatível com as demandas específicas do HC-UFG/Ebserh, garantindo maior qualidade e eficiência na prestação dos serviços de vigilância. Ademais, as empresas especializadas em fornecimento de vigilância armada, desarmada e ostensiva conseguem oferecer mão de obra qualificada com custos mais competitivos, aproveitando ganhos de escala e know-how do setor. Deste modo, torna-se viável tecnicamente e economicamente a escolha desta solução.

Será exigida a comprovação de qualificação técnico-operacional da licitante que ofertara melhor proposta, considerando os quantitativos envolvidos na realidade de demandas e de estrutura do Hospital da Clínicas.

Será exigida a apresentação de certidões cadastrais negativas, além de habilitação jurídica, fiscal e trabalhista, bem como de qualificação econômico-financeira da licitante que apresentar a melhor proposta.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

De acordo com o levantamento feito por esta Equipe de Planejamento e considerando a contratação atual, serão necessários 16 postos de trabalho, sendo 14 postos de vigilância armada e 2 postos de vigilância desarmada, conforme descrito no quadro abaixo.

VIGILÂNCIA ARMADA (12h X 36h)			
Local	Quantidade	Diurno	Noturno
Portão de Acesso - 1ª Avenida	02 Postos	1	1
Portaria do Pronto Socorro	02 Postos	1	1
Portão E (Estacionamento)	01 Postos	1	0
Ambulatórios Geral: A, B e C (Ronda Interna)	02 Postos	2	0

NIRA (SAMIS)	01 Postos	1	0
Recepção (Novo Prédio de Internação)	02 Postos	1	1
Ronda Interna (Novo Prédio de Internação)	02 Postos	1	1
Radioterapia	02 Postos	1	1
TOTAL	14 Postos	09	05
VIGILÂNCIA DESARMADA (12h X 36h)			
Local	Quantidade	Diurno	Noturno
Monitoramento	02 Postos	1	1
TOTAL	02 Postos	1	1

Para **vigilância armada**, 14 (catorze) postos de trabalho, sendo 09 (nove) postos de trabalho de 12 (doze) horas diurnas, e 05 (cinco) postos de trabalho de 12 (doze) horas noturnas, ambos em turno de 12 (doze) horas x 36 (trinta e seis) horas, de segunda-feira a domingo, inclusive nos dias de feriado.

Para **vigilância desarmada**, será necessário a contratação de 02 (dois) postos de trabalho, sendo 01(um) posto de trabalho de 12 (doze) horas diurnas e 01(um) posto de trabalho de 12(doze horas) noturnas, ambos em turno de 12 (doze) horas x 36 (trinta e seis) horas, de segunda-feira a domingo, inclusive nos dias de feriado.

POSTOS DE TRABALHO	QUANT. POSTOS	QUANT. FUNC. POR POSTO	QUANT. FUNC.
Vigilante armado diurno - 12h x 36h	9	2	18
Vigilante armado noturno - 12h x 36h	5	2	10
Vigilante desarmado diurno - 12h x 36h	1	2	2
Vigilante desarmado noturno - 12h x 36h	1	2	2
TOTAL	16		32

Os serviços de VIGILÂNCIA ARMADA serão executados nos seguintes locais:

- Portão de Acesso - 1ª Avenida
- Portaria do Pronto Socorro
- Portão E (Estacionamento)
- Ambulatórios Geral: A, B e C (Ronda Interna)
- NIRA (SAMIS)
- Recepção (Novo Prédio de Internação)
- Ronda Interna (Novo Prédio de Internação)
- Radioterapia

Os serviços de VIGILÂNCIA DESARMADA serão executados no seguinte local:

- Sala de Monitoramento (Novo Prédio de Internação).

8. Estimativa do Valor da Contratação

[Conteúdo Sigiloso | Justificativa: Justificativa do sigilo: Art.7 Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh - Revisado em 28/04/2022]

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Embora o parcelamento seja a regra, neste caso específico a contratação em um único grupo é necessária, pois um serviço prestado por um único contratado, proporciona uma gestão centralizada do contrato, melhor gestão dos serviços, menor gasto de tempo e pessoal envolvido, tendo em vista que os itens possuem características de atividades semelhantes, quais seja, serviços de vigilância, observando se, desta forma, o princípio da eficiência - art. 37, caput, Constituição Federal. A separação dos itens também dificultará a coordenação das atividades relacionadas, já em grupo a administração é beneficiada com a gestão do contrato sendo feita a um único mantenedor dos serviços, propiciando agilidade na resolução de problemas contratuais.

Desta forma, considerando as características dos serviços a serem contratados, na avaliação desta Equipe Técnica de Planejamento é viável realizar uma só contratação contemplando todos os serviços descritos no objeto deste estudo técnico.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Considerando que as contratações correlatas são aquelas que guardam relação com o objeto principal interligando-se a essa prestação do serviço, mas que não precisam necessariamente, ser adquiridas para a completa prestação do objeto principal e contratações interdependentes aquelas que precisam ser contratadas juntamente como objeto principal para sua completa prestação; não vislumbramos contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação de serviços de vigilância esta alinhada ao planejamento estratégico do Hospital das Clínicas e previsto no Plano Anual de Compras - PAC, visto que se tratar de prestação de serviços contínuos já existentes na instituição.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Promover a segurança dos bens patrimoniais, de seus servidores no exercício de suas atividades funcionais e, no caso deste Hospital das Clínicas, zelar, também, pela segurança de seus pacientes.

13. Providências a serem Adotadas

Não será necessária a implementação de nenhuma providencia pela administração, já que será dado continuidade aos serviços que atualmente está sendo prestado, tendo o HC toda a infraestrutura para o mesmo.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Em atendimento ao inciso XI do art. 7º da Lei nº 12.305/2010 deve ser dada prioridade aos produtos reciclados e recicláveis, sempre que possível e no que couber, bem como devem ser utilizados critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis.

Em consonância com o art. 4º do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh -RLCE 2.0 as seguintes diretrizes devem ser observadas:

Art. 4º As seguintes diretrizes devem ser observadas nas contratações conduzidas pela Ebserh:

(...) II - busca da maior vantagem competitiva, considerando custos e benefícios diretos e indiretos de natureza econômica, social e ambiental, inclusive os relativos à manutenção, ao desfazimento de bens e resíduos, ao índice de depreciação econômica e a outros fatores de igual relevância;

De acordo com o art. 5º do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh - RLCE2.0, também devem ser observadas, no que couber, as normas relativas à:

Art. 5º As contratações devem observar, no que couber para cada tipo de objeto, as normas relativas à:

I - disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados;

II - mitigação dos danos ambientais por meio de medidas condicionantes e de compensação ambiental, que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental;

III - utilização de produtos, equipamentos e serviços que, comprovadamente, reduzam o consumo de energia e de recursos naturais

IV - avaliação de impactos de vizinhança, observada a legislação urbanística; V - proteção do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado por investimentos realizados pela Ebserh;

V - avaliação de impactos de vizinhança, observada a legislação urbanística; V -proteção do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado por investimentos realizados pela Ebserh;

VI - acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida; VII -vigilância sanitária, proteção radiológica e demais normas técnicas relacionadas à garantia de qualidade e de disponibilidade sobre infraestrutura, equipamentos e suprimentos.

Parágrafo único. A contratação da qual decorra impacto negativo sobre bens do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial tombados dependerá de prévia autorização da esfera de governo encarregada da proteção do respectivo patrimônio, devendo o impacto ser compensado por meio de medidas determinadas pela Diretoria Executiva, na forma da legislação aplicável.

Além disso, devem ser adotados os seguintes atos de logística sustentável, previstos no art. 202 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh - RLCE 2.0.

Art. 202. As unidades da Ebserh devem adotar os seguintes atos de logística sustentável com reflexo em seus procedimentos de contratação:

I -adotar práticas de racionalização com o objetivo de melhoria da qualidade do gasto público e contínua busca por economicidade e primazia na gestão dos processos;

II -adotar práticas de sustentabilidade com o objetivo de construir um novo modelo de cultura institucional visando à inserção de critérios de sustentabilidade nas atividades e contratações da unidade;

III -coordenar o fluxo de materiais, de serviços e de informações, do fornecimento ao desfazimento, considerando a proteção ambiental, a justiça social e o desenvolvimento econômico equilibrado;

IV - implementar estratégias que garantam a padronização dos processos de trabalho, como a implantação de protocolos assistenciais, procedimentos operacionais padrão e fluxos padronizados, visando à redução de custos e o desenvolvimento das dimensões da qualidade;

V -elaborar Plano de Gestão de Logística Sustentável -PLS no âmbito da unidade, instruindo e designando Comitê Gestor do Plano de Gestão de Logística Sustentável-CGPLS;

VI -relatar à Administração Central da Ebserh as boas práticas realizadas sob a diretriz da gestão sustentável para subsidiar a elaboração do relatório anual de sustentabilidade da empresa.

As previsões constantes na Instrução Normativa do Secretário de Logística eTecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI/MPOG) n.º 01/2010, devem ser observadas:

Art. 5º Os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, quando da aquisição de bens, poderão exigir os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

I – que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

II – que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

III – que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

IV – que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs). §1º A comprovação do disposto neste artigo poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital.

Vejam-se, ainda, as previsões do Decreto nº 7.746/2012:

Art. 2º Na aquisição de bens e na contratação de serviços e obras, a administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes adotarão critérios e práticas sustentáveis nos instrumentos convocatórios, observado o disposto neste Decreto.

Parágrafo único. A adequação da especificação do objeto da contratação e das obrigações da contratada aos critérios e às práticas de sustentabilidade será justificada nos autos, resguardado o caráter competitivo do certame.(...)

Art. 4º Para os fins do disposto no art. 2º, são considerados critérios e práticas sustentáveis, entre outras:

I - baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

II – preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

III – maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

IV – maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;

V – maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;

VI - uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;

VII - origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras; e

VIII - utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.

Art. 5º A administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes poderão exigir no instrumento convocatório para a aquisição de bens que estes sejam constituídos por material renovável, reciclado, atóxico ou biodegradável, entre outros critérios de sustentabilidade."(...)

Art. 8º A comprovação das exigências apresentadas no instrumento convocatório poderá ser feita por meio de certificação emitida ou reconhecida por instituição pública oficial ou instituição credenciada ou por outro meio definido no instrumento convocatório.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação de serviços de serviços vigilância armada, desarmada e ostensiva é necessária para este Hospital das Clínicas realizar a segurança dos bens patrimoniais, de seus servidores no exercício de suas atividades funcionais e de seus pacientes, e sua interrupção comprometeria o pleno funcionamento da instituição.

Por todo exposto a EPC declara viável e razoável a presente contratação.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

DEVERSON DANTE DE FRANCA

Coordenador da EPC

LUCIA APARECIDA BRAS

Membro da comissão de contratação

PAULO HENRIQUE ELIAS ALVES

Membro da comissão de contratação

CAMILA CORTE REAL COUTINHO RODRIGUES DE ALBUQUERQUE

Membro da comissão de contratação